

(CEPE) para deliberação, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

a) - Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;

b) - Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DOS RECURSOS

8.1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do edital que informa as inscrições aceitas, a composição da Comissão Julgadora e o calendário de provas, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão contra a composição da Comissão ou inscrições.

8.1.1. A Deliberação da CEPE com o resultado do recurso será divulgado no site eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

8.2. Do resultado do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.8 deste edital.

8.2.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.2.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.2.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.3. O resultado do recurso será divulgado no site eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.eco.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1 ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-09/15, CONSU-A-22/14 que estabelece o perfil de Professor Titular do Instituto de Economia e da Deliberação CONSU-A-25/2019 que estabelece os requisitos e procedimentos internos para realização de concurso para provimento de Professor Titular do Instituto de Economia.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

10. PROGRAMA

INTRODUÇÃO: A problemática do trabalho no Brasil contemporâneo

PARTE I. Cenário internacional e determinantes externos do mundo do trabalho

1.1. Capitalismo regulado e neoliberalismo: reflexões sobre a dinâmica econômica

1.2. Flexibilização das normas, correlação de força e fragilização sindical

1.3. Mudanças políticas e ideológicas, redefinição do papel do Estado e crise da ordem liberal

PARTE II. Cenário nacional e determinantes internos do mundo do trabalho

11.1. Industrialização, mercado de trabalho e regulação do trabalho no Brasil: 1930-1980

11.2. Globalização, economia brasileira e mercado de trabalho: 1980-2022

11.3. Financeirização e transformações nas relações de trabalho no Brasil: 1980-2022

PARTE III. Temas contemporâneos da Economia do Trabalho

11.1. Impactos das mudanças tecnológicas no mundo do trabalho

11.2. Informalidade e trabalhadores de plataformas digitais

11.3. As relações sociais de gênero no mundo do trabalho

11.4. Políticas de mercado de trabalho

11.5. A crise do sindicalismo e seus dilemas contemporâneos

PARTE IV. Economia do Trabalho no Brasil

11.1. Construção e reformulação da regulação do trabalho no Brasil

11.2. Mudanças institucionais recentes: promessas e impactos da reforma trabalhista

11.3. Desigualdade e precariedade no mercado de trabalho: gênero e raça

11.4. Políticas de mercado de trabalho no Brasil

11.5. O sindicalismo no Brasil: estruturação, crise, desafios e perspectivas

Referências bibliográficas

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado? *Contracampo*, v. 39, n.1, p. 12-26, jul. 2020.

ABRAMO, L. La evolución del concepto de informalidad en América Latina y nuevos desafíos para la protección social y laboral. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 4, e022013, 2022.

ANDRÉ, M. H. (Ed.). La revitalización de los sindicatos: Organizar las nuevas formas de trabajo que incluyen a los trabajadores de plataformas digitales. *Revista Internacional de Investigación Sindical*, OIT, v. 11, n. 1-2, 2022. Resumen ejecutivo.

ARAÚJO, A. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical no Brasil. In: ARAÚJO, A. (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002 (p. 29-57).

BALTAR, C.; OMIZZOLO, J. A. Participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro de 2014 a 2019. *TEC: Textos de Economia*, v. 23, n. 1, 2020.

BALTAR, P. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. (Tese, Livre Docência em Economia). Campinas: Unicamp, 2003.

BALTAR, P. Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, C.; PRONI, M. W. Políticas públicas e trabalho. Campinas: Unicamp.IE; Brasília: MTE; Uni-trabalho, 2006.

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, dez. 2015.

BARBOSA, A. de F. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp.IE, 1998.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. *Carta Social e do Trabalho*, n. 11, p. 2-11, set. 2010.

BELLUZZO, L.G. Prefácio. In: KREIN, J. D. et al. *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. Campinas: Cedit e Ematra XV, São Paulo: LTr, 2006.

BELLUZZO, L. G. A internacionalização recente do regime do capital. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n. 27, set. 2014.

BELTRAMELLI NETO, S. Exclusão social, regulação do trabalho e crise do sindicalismo nas perspectivas crítica e utópica de Boaventura de Sousa Santos. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 3, p. 1815-1844, 2020.

BENEVIDES, G; ALENCAR, M. Trabalho e deficiência no Brasil: a inclusão no emprego formal no período recente. In: LEONE, E.; PRONI, M. W. (Orgs.). *Facetas do trabalho do Brasil contemporâneo*. (Coleção Centros e Núcleos). Curitiba: CRV, 2021 (p. 103-118).

BERARDI, F. B. Fenomenología del fin: sensibilidad y mutación conectiva. *Buenos Aires: Caja Negra*, 2017.

BERG, J.; FURRER, M.; HARMON, E.; RANI, U.; SILBERMAN, M. S. Las plataformas digitales y el futuro del trabajo: cómo fomentar el trabajo decente en el mundo digital. *Ginebra: OIT*, 2019.

BERNACIAK, M.; GUMBRELL-McCORMICK, R.; HYMAN, R. European trade unionism: from crisis to renewal? *ETUI Report*, n. 133. Brussels: European Trade Union Institute, 2014.

BIAVASCHI, M. B. O direito do trabalho no Brasil (1930-1942): a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007 (Introdução, cap. 2, cap. 3).

BIAVASCHI, M. B.; TEIXEIRA, M. O.; DROPPA, A. A importância do sistema público de regulação do trabalho: impactos da reforma trabalhista em diálogo com a economia e o direito. In: DELGADO, G. N. (Org.). *Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI*. São Paulo: LTr, 2020.

BOLTANSKI, L. CHIAPPELLO, E. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: ed. WMF Martins Fontes, 2009 (capítulo 4).

BORSARI, P. Consequências da financeirização para os trabalhadores. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 2, e020013, 2020.

BROWN, W. Neoliberalism and the end of liberal democracy. In: BROWN, W. (Org.) *Neo-liberalism and the end of liberal democracy*. Theory & Event, 2003 (chapter 3, p. 38-59).

BRUNO, M.; CAFFE, R. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, v. 26, núm. especial, p. 1025-1062, dez. 2017.

CACCIAMALI, M. C.; JOSÉ-SILVA, M. de F. Novos tempos e o Sistema Público de Emprego. In: MORETTO, A.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Orgs.). *As transformações do mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social*. Fortaleza: IDT, 2018.

CALVETE, C. S. Impactos da financeirização no mundo do trabalho. In: Macambira, J.; Carleial, L. (Orgs.). *Emprego, trabalho e políticas públicas*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2009.

CAMPOS, A.; GALVÃO, A.; LEMOS, P.; TRÓPIA, P. Ação sindical dos trabalhadores em serviços essenciais na pandemia Covid-19. In: KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M.; MANZANO, M.; ROCHA, P. (Orgs.). *O trabalho pós reforma trabalhista*. São Paulo: CESIT, 2021 (vol. 1, p. 315-350).

CARDOSO, A. As dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, 2015.

CARDOSO DE MELLO, J. M. A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO DE MELLO, J. M.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Campinas: Edições Facamp, 2009.

CARRASCO, C. Hacia una nueva metodología para el estudio del tiempo y del trabajo. *Taller Internacional Cuentas Nacionales de Salud y Género, OPS/OMS - FONASA*, 18-19 Octubre, Santiago de Chile, 2001.

CARRASCO, C.; BORDERIAS, C. Introducción. Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. In: CARRASCO, C.; BORDERIAS, C. (Orgs.). *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Barcelona: Icaria, 1994.

CASILLI, A. Trabajo, conocimiento y vigilancia: 5 ensayos sobre tecnología. Editorial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2018 (cap. 1).

CEPAL; PNUD; OIT. *Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente*. Brasília, 2008 (cap. 4).

CHOMSKY, N. Requiem for American Dream. (Documentário, 2015). YouTube.

CLEGG, D. From liberal statism to statist liberalism: the transformation of unemployment policies in Europe. In: SEELEIB-KAISER, M. (Ed.). *Welfare State transformations*. UK: Palgrave Macmillan, 2011.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. Cadernos Sempre Viva Organização Feminista, 2015 (p. 13-42).

COLOMBI, A. P. F. As Centrais Sindicais e a reforma trabalhista: enfrentamentos e dificuldades. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 217-236, 2019.

COLOMBI, A. P. F.; KREIN, J. D. Labor market and labor relations under the PT Governments. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 2, 2020.

DIÉESE, A. Rotatividade e as políticas para o mercado de trabalho. São Paulo: Dieese, 2014 (cap. 2).

FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial. A experiência Europeia. In: GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; SIGITA, K. (Orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo: Edusp, 2009 (p. 25-48).

GALVÃO, A.; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. A reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, v. 32, p. 253-269, 2019.

GALVÃO, A.; KREIN, J. D. Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários. In: RODRIGUES, I. J. (org.). *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses e perspectivas (1978-2018)*. São Paulo: Annablume, 2019 (p. 203-233).

HENRIQUE, W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. (Tese, Doutorado em Economia). Campinas: IE UNICAMP, 1999 (cap. 1, item 1.1).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007.

IPEA. Igualdade racial. Políticas Sociais: acompanhamento e análise (BPS), n. 28, 2021 (cap. 8).

JAKOBSEN, K. ¿Cómo puede enfrentar el sindicalismo a las empresas multinacionales? *Nueva Sociedad*, n.211, p. 144-159, 2007.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. *Cadernos del Cendes*, v. 32, n. 89, 2015.

KREIN, J. D.; DIAS, H. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. *Ciências do Trabalho*, n. 8, p. 1-17, 2017.

KREIN, J. D.; DIAS, H. R. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. *Revista Ciências do Trabalho, Dieese*, n. 8, 2017.

KREIN, J. D.; GIMENEZ, D.; SANTOS, A. (Orgs.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018 (cap. 7).

KREIN, J. D.; MANZANO, M. F. Estudo de caso: Brasil. Notas sobre a Formalização. *FORLAC – Programa de Formalização na América Latina e no Caribe*. Lima: Escritório Regional da OIT, 2014.

KREIN, J. D.; MANZANO, M.; TEIXEIRA, M. Utopias do trabalho: perspectivas e desafios para o pós-pandemia. São Paulo: FES, 2020.

KREIN, J. D.; MANZANO, M.; TEIXEIRA, M.; LEMOS, P. R. (Orgs.). *O trabalho pós-reforma trabalhista de 2017*. Campinas: CESIT; REMIR; MPT, 2021.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. (Orgs.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

LEONE, E. Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013). *Texto para Discussão n. 363, IE UNICAMP*, 2019.

MEDEIROS, C. Influência do salário mínimo sobre a taxa de salários na última década. *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 263-292, ago. 2015.

MORETTO, A. Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: a experiência recente. *Brasília: Escritório da OIT no Brasil*, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 1).

MUNGIOLO, R. P.; DAUDT, G. M.; WILLCOX, L. D. (2021). Os efeitos da Indústria 4.0 no desemprego e na desigualdade: de volta ao básico. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 3, e021008, 2021.

NISSIM, G.; SIMON, T. The future of labor unions in the age of automation and at the dawn of AI. *Technology in Society*, n. 67, 101732, 2021.

NOLAN, P.; ZHANG, J.; LIU, C. The global business revolution, the cascade effect, and the challenge for firms from developing countries. *Cambridge Journal of Economics*, v. 32, p. 29-47, 2008.

OLIVEIRA, M. A. Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil. Da era Vargas ao governo FHC. (Tese, Doutorado em Economia). Campinas: Unicamp.IE, 2002 (cap. 2).

OLIVEIRA, T.; PRONI, M. W. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. *Revista da ABET*, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Guia para a formulação de políticas nacionais de emprego. *Genebra: OIT*, 2013 (caps. 1 e 2).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Trabalhar para um futuro melhor – Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho*. Lisboa: OIT, 2019.

PIRES, M.; LIMA, A. Análise do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) à luz da experiência internacional. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, IPEA, n. 59, ano 21, p. 53-64, out. 2015.

POCHMANN, M. A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial. São Paulo: Ideias & Letras, 2022 (p. 125-146).

PRONI, M. W. Economia e sociedade nos anos de ouro. In: DEDECCA, C.; PRONI, M. W. (Orgs.). *Economia e proteção social*. Campinas: IE UNICAMP; Brasília: MTE, 2006.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 137-151, dez. 2015.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Problemas crônicos do mercado de trabalho no Brasil: diferenças regionais, 2014-2019. In: LEONE, E.; PRONI, M. W. (Orgs.). *Facetas do trabalho do Brasil contemporâneo*. (Coleção Centros e Núcleos). Curitiba: CRV, 2021 (p. 21-36).

PRONI, T. T. R. W.; PRONI, M. W. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 1, e41780, 2018.

RAMALHO, J. R. Trabalho e sindicalismo na indústria: poder institucional e social em contexto de crise e pandemia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, e3710903, 2022.

ROCHA, M. A. Indústria 4.0 e desemprego tecnológico na manufatura brasileira: propostas de políticas. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 3, e021019, 2021.

SALERNO, M. S. Indústria 4.0 e a manufatura avançada: caracterização e desafios. In: RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R.; LIMA, J. C. (Orgs.). *Trabalho e sindicalismo: reflexões a partir do contexto pandêmico*. São Paulo: Annablume, 2022.

SANTANA, M. A. Política e história em disputa: o “novo sindicalismo” e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, I. J. (Org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999 (p.133-161).

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, A.; GIMENEZ, D. M. Indústria 4.0 e seus impactos no mundo do trabalho. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 3, e021017, 2021.

STRECK, W. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. *Coimbra: Actual*, 2013.

TAVARES, M. C. Prefácio. In: MEDEIROS, C. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.

TEIXEIRA, M. et al. (Orgs.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: IE Unicamp, 2017. (Dossiê Reforma Trabalhista, Parte 1 e Parte 2).

TOOZE, A. Crashed: How a decade of financial crises changed the world. *New York: Viking*, 2018.

VERICK, S. Labour market policies for development. In: CAZES, S.; VERICK, S. (Eds.). *Perspectives on labour economics for development*. Geneva: International Labour Office (ILO) 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA
EDITAL

O Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, nas áreas de Solos e Sistemas de Produção, nas disciplinas FA373 - Pedagogia; FA473 - Sistemas de Produção; FA481 - Características e Propriedades do Solo e FA 983 - Manejo e Conservação do Solo da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Formação em Agronomia, Engenharia, Tecnologia e áreas afins.

1.2.2. Experiência na área de solos (pedagogia, física do solo e manejo e conservação do solo), com conhecimentos em sistemas de produção vegetal.

1.2.2. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade

estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/2001, cujo texto integral está disponível no site: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=5&id_norma=2684. 2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a

5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.

5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

Prova Escrita

5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. A prova escrita terá caráter eliminatório, caso compareçam 09 (nove) ou mais candidatos.

5.5.5. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

Prova de Títulos

5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.7.1. Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:

- Título de Graduação;
- Título de Especialização;
- Título de Mestrado;
- Título de Doutorado;
- Título de Mestrado Profissional;
- Pós-Doutorado;
- Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capítulos de livros, etc);
- Publicações em revistas de circulação nacional/indexadas;
- Publicações em revistas de circulação internacional/indexadas;
- Experiência docente;
- Experiência profissional;
- Participação em atividades de extensão;
- Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação científica, monitoria, estágio);
- Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;
- Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;
- Premiação e distinção acadêmica;
- Assessoria e consultoria;
- Produções artístico-culturais;
- Patentes ou propriedades intelectuais registradas;

5.7.2. A Comissão Julgadora adotará os seguintes critérios para julgamento da prova de títulos, considerando a qualidade e o interesse da produção do candidato:

- Relevância, contribuição e aderência da produção do candidato para a área do concurso;
- Impacto científico, artístico, social e de inovação da produção do candidato;

5.7.3. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir julgamento da prova de títulos.

5.7.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos, elaborando parecer circunstanciado que indique os critérios de julgamento e a pontuação atribuída a cada candidato.

Prova de Arguição

5.8. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova Didática

5.9. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e escrita terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova escrita terá caráter eliminatório, caso compareçam 09 (nove) ou mais candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova escrita ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- ao final da prova escrita cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.5 deste edital;
- após a atribuição das notas, o resultado da prova escrita será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;
- serão considerados aprovados na prova escrita com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;
- se o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição;
- as notas atribuídas na prova escrita por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope

lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2.2. Caso a prova escrita não tenha caráter eliminatório, as notas atribuídas nesta prova deverão ser divulgadas no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão ser realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da(s) Faculdade de Engenharia Agrícola, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio www.feagri.unicamp.br/portal/concursos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2 "c" e "d") entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria da(s) Faculdade de Engenharia Agrícola. Após este prazo, se não retirados, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação Feagri 112/2022.

9.8.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no sítio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria, Faculdade de Engenharia Agrícola que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

ANEXO I – PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

FA373 - Pedologia

Caracterização da crosta terrestre. Fundamentos de mineralogia, principais minerais e rochas. Intemperismo. O solo como recurso natural. Fatores e processos de formação do solo. O perfil de solo. Definição e notação de horizontes e camadas. Princi-

pais atributos morfológicos. Introdução à classificação de solos. Evolução da classificação de solos no Brasil. O sistema brasileiro de classificação de solos. Solos do Brasil e do Estado de São Paulo. Levantamento de solos. Bases para leitura de mapas de solos. Aplicações da Pedologia em Engenharia Agrícola.

FA473 - Sistemas de Produção

Fatores de produção de plantas. Sistemas de cultivo de vegetais. Equipamentos e instalações para produção animal. Sistemas de produção animal.

FA481 - Características e Propriedades do Solo

O solo como um sistema sólido, poroso, heterogêneo e anisotrópico. Composição volumétrica do solo. Caracterização e métodos de determinação de atributos físicos, químicos e biológicos do solo. Granulometria e textura do solo. Estrutura e agregação do solo. Cor do solo. Porosidade do solo. Ar do solo. Regime térmico do solo. Densidade do solo e das partículas. Consistência do solo. Água do solo. Atributos químicos e de fertilidade do solo. Matéria orgânica do solo. Organismos do solo.

FA983 - Manejo e Conservação do Solo

Sustentabilidade e uso sustentável em agricultura. Introdução ao planejamento do uso das terras e ao planejamento conservacionista. Metodologias de avaliação de terras para fins agrícolas. Mecanização, sistemas de manejo agrícola e qualidade do solo. Degradação da qualidade do solo. Erosão do solo. Conservação do solo e da água. Legislação em conservação do solo e da água.

ANEXO II - BIBLIOGRAFIA

- BRADY, N.C.; WEIL, R.R. The nature and Properties of Soils. 13ª. Ed. New Jersey, Pearson Education Inc., 2002. 960 p.

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2ª. ed. Rio de Janeiro, EMBRAPA SOLOS, 2006. 306 p.

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 3ª. ed. Revista e ampliada. Brasília, DF, EMBRAPA SOLOS, 2013. 353 p.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual Técnico de Pedologia. 2ª. Ed. (Manuais Técnicos em Geociências, 4). IBGE, Rio de Janeiro, 2007. 316p.

- KER, J.C.; CURRI, N.; SCHAEFFER, C.E.G.R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia- Fundamentos. 1ª. Ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. 343 p. il.

- LEPSCH, I. F. 19 Lições de Pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 456 p.

- LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: Ed. Oficina de Textos, 2002. 178p.

- SANTOS, R. D. DOS; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.DOS; KER, J.C.; ANJOS, L. H. C. DOS. Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo. 5ª. Ed. Revisada e Ampliada. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. 92p. il.

- OLIVEIRA, J. B. DE. Pedologia Aplicada (2ª. Ed.). Jaboticabal-SP: FEALQ, 2005. 574 p. il.

- OLIVEIRA, J. B. e outros. Levantamento pedológico semidetalhado dos solos do Estado de São Paulo. Quadrícula de Campinas, Araras, Brotas, São Carlos, Jaú, Descalvado e outras (a partir de 1979).

- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. DE; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (orgs). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. 568 p. il.

- CRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Ed. Edgar Blucher e Ed. USP, 1974.

- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, 1981.

- JENNY, H. The Soil Resource. New York: Springer-Verlag, 1980. 368p.

- OLIVEIRA, J. B. DE; JACOMINE, P. K. T.; CAMARGO, M. N. Classes Gerais de Solos do Brasil. Guia auxiliar para seu reconhecimento. 2ª. Ed. Jaboticabal-SP: FUNEP, 1992. 102 p. il.

- PRADO, H. DO. Solos do Brasil. Gênese, Morfologia, Classificação e Levantamento. Piracicaba-SP: H. do Prado, 2001. 220p. il. Com CD-ROM.

- BACCARIN, J.G. Sistema de produção agropecuária brasileiro: características e evolução recente. 2.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica/Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011. 254 p.

- BLISKA Jr., A.; HONÓRIO, S.L. Cartilha tecnológica hidropônia. Campinas: UNICAMP/FEAGRIDPPAG. 1995. 51 p.

- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. Manual Técnico das culturas. Edição Especial, 1986. (Manual nº8).

- CYRINO, J.E.P. E KUBITZA, F. Piscicultura. Coleção Agroindustrial 8. 2a ed. Cuiabá, MT: SEBRAE, 1996, 81 p.

- ENGLERT, S. Avicultura. São Paulo: Centaurus, 1997. 430 p.

- LAVORENTI, A. e V.S. MIYADA. Suinocultura. Piracicaba: FEALQ, 1988. 130 p.

- MURAYAMA, S. Fruticultura. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1986.

- MURAYAMA, S. Horticultura. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1985.

- NOVAIS, R.F. et al. Fertilidade do Solo. Viçosa: SBSC, 2007. 1017 p.

- PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C. FARIA, V.P. Bovinocultura leiteira. Fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 1993. 580 p.

- PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C. FARIA, V.P. Bovinocultura de corte: Fundamentos da exploração racional. 3ª ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

- ROLIM, A.F.M. Produção Animal: Bases da Reprodução, Manejo e Saúde. São Paulo: Editora Érica, 2014. 136 p.

- SILVA, R.C. Produção Vegetal: Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. São Paulo: Editora Érica, 2014. 120 p.

- BRADY, N.C.; WEIL, R. R. The nature and properties of soils. 13ª. Ed. Prentice Hall, 2002. 594 p.

- CAMARGO, O. A. DE; MONIZ, A. C.; JORGE, J. A.; VALDARES, J. M. A. S. Métodos de análise química, mineralógica e física de solos do Instituto Agrônomo de Campinas. Campinas, Instituto Agrônomo, 1986. 94 p.

- DANE, J. H.; TOPP, G. C. (Co-editors). Methods of Soil Analysis. Part 4. Physical Methods. Madison, WI, Soil Science Society of America, 2002.

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Manual de métodos de análise de solo. (2ª. Ed. Revista e atualizada). Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisa de Solos, EMBRAPA-SOLOS, 1997. 212 p.

- HILLEL, D. Introduction to soil physics. Orlando: Academic Press, 1982. 364 p.

- JUO, A. S. R.; FRANZLUEBBER, K. Tropical Soils. Properties and Management for Sustainable Agriculture. New York: Oxford University Press, Inc., 2003. 279 p.

- LEPSCH, I. F. 19 Lições de Pedologia. São Paulo: Oficina de Texto, 2011. 456.

- LIBARDI, P.L. Dinâmica da Água no Solo. 1ª. Ed. Editado pelo Autor. Piracicaba, 1995.

- MORAES, M. H.; MÜLLER, M. M. L.; FOLONI, J. S. S. Qualidade Física do Solo: Métodos de Estudo- Sistemas de Preparo e Manejo do Solo. FUNEP: Jaboticabal, SP, 2002.

- NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V, V. H.; BARROS, N. F. DE; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. (Eds.). Fertilidade do solo. (1ª. Ed.). Viçosa, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. 1017 p.

- SANTOS, R. D. DOS; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.DOS; KER, J.C.; ANJOS, L. H. C. DOS.; SHIMIZU, S.H. Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo. 6ª. Ed. Revisada e Ampliada. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2013. 100 p. il.

- TOMÉ JR., J. B. Manual para interpretação de análise de solo. Guaíba, Livraria e Editora Agropecuária, 1997. 247 p.

- VAN LIER, Q. DE J. (Ed.). Física do Solo. Viçosa, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010. 298 p.

- VAN RAIJ, B.; ANDRADE, J. C. DE; CANTARELLA, H.; QUAGGIO, J. A. (Eds.). Análise química para avaliação da fertilidade de solos tropicais. Campinas, Instituto Agrônomo, 2001. 284 p. (il.).

- KIEHL, E.J. Manual de edafologia. São Paulo: Ed. Ceres, 1979. 262 p.

- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. 4ª. edição. São Paulo, SP, Ícone Editora, 1999. 355 p.

- CUNHA, S. B. DA; GUERRA, A. J. T. (organizadores). Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 284 p. il.

- DIAS, L. E.; MELLO, J.W. V. DE (ed.). Recuperação de áreas degradadas. Viçosa-MG: UFV, Departamento de Solos; Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas, 1998. 251 p. il.

- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. A Framework for land evaluation. Rome: FAO, 1976. 72 p. (Soils Bulletin, 32)

- GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. DA; BOTELHO, R. G. M. (organizadores). Erosão e Conservação dos Solos. Conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 339 p. il.

- HUDSON, N. - Soil conservation. Cornell University Press, New York 1973.

- LAL, R.; STEWART, B. A. Soil degradation. New York: Springer-Verlag, 1990. 345 p. il. (Advances in Soil Science, 11).

- LAL, R.; BLUM, W. E. H.; VALENTIN, C.; STEWART, B. A. (ed.). Methods of Assessment of Soil Degradation. Boca Raton, FL: CRC Press, 1997. 556 p. (Advances in Soil Science).

- SCHWAB, G.O.; FANGMEIER, D.D.; ELLIOT, W.J.; FREVERT, R.K.; Soil and Water Conservation Engineering. 4th ed. New York, John Wiley & Sons., INC. 1993. 508p.

- SILVA, A. P.; TORMENA, C. A.; IMHOFF, S. Intervalo hídrico ótimo. In: MORAES, M. H.; MÜLLER, M. M. L.; FOLONI, J. S. S. Qualidade Física do Solo: Métodos de Estudo, Sistemas de Preparo e Manejo do Solo. Jaboticabal, SP, FUNEP, 2002. p. 1-20.

- WEILL, M.A.M.; PIRES NETO, A.G. 2007. Erosão e Assoreamento. p. 40 – 58. In: SANTOS, R.F., coord. Vulnerabilidade Ambiental. Ministérios do Meio Ambiente, Brasília, DF, Brasil.

- BALASTREIRE, L. A. - Máquinas Agrícolas. Editora Manole Ltda. São Paulo, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS

COMUNICADO

Calendário de Provas do Concurso de Provas e Títulos para obtenção do Título de Professor Titular, na área de Ciências Farmacéuticas, disciplina FR606 - Bromatologia, da Faculdade de Ciências Farmacéuticas da Universidade Estadual de Campinas. O Concurso de que trata este Edital terá início às 09h00min do dia 10 de abril de 2023, de acordo com a Deliberação CONSU-A-009-2015, de 04/08/2015, que estabelece as normas a serem observadas nos concursos para provimento de cargo de Professor Titular, com o seguinte calendário fixado para a realização das provas:

Dia: 10/0